



POLÍCIA

SIMULADO ESPECIAL

PC AL

**Agente e Escrivão de Polícia
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **PC-AL**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/372T4avKD8dkVbLa9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

Agente | Escrivão

<http://estrategi.ac/brevyq> | <http://estrategi.ac/y7mkmp>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

Agente | Escrivão

<https://bit.ly/4j4SF1m> | <https://bit.ly/4ya1FWT>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Em setembro de 1974, Henry Kissinger foi ao Senado defender a détente, uma acomodação calculada com Moscou, numa Washington que já desconfiava da palavra. Mostrou continuidade: saímos de adversários, atravessamos a diplomacia por influência e seguiremos numa des Fraternités soviéticas. A mudança estava na conta. As duas potências haviam desenvolvido capacidades nucleares, bombas de hidrogênio, podiam varrer mais do que a civilização, distantes não encerrariam a rivalidade. Punha preço nela.

Minha leitura daquela Washington e Pequim chegara a um ponto parecido por caminhos diferentes. A disputa resolveu menos quem era mais forte do que onde cada um ainda era vulnerável. Os Estados Unidos mostraram que podem restringir o acesso chinês a tecnologias decisivas. A China respondeu numa parte menos vistosa da economia, onde uma vantagem pode pesar muito mais do que o tamanho do mercado sugere. Mineiros e processamento lembraram que poder também se mede pela capacidade de fazer o outro parar.

Os chineses encontraram uma expressão menos confortável para esse arranjo: estratégia saliente. Não há empate. Há dificuldade de transformar superioridade em imposição. Cada lado consegue encarecer suficientemente o movimento do outro para recomendar prudência, mas não a ponto de desistir de alterar essa relação. A détente convive com a tentativa diária de mudar as condições que a sustentam.

Impasse não é imobilidade. Ele reorganiza capital. Texto algum que prometa seu poder começa a ruir dinheiro para deixar de lê-lo. Quanto mais Washington mostra que chips podem ser negados, mais Pequim investe para fazê-los substituíveis. Quanto mais a China mostra que minerais podem virar instrumento de pressão, mais acidentes em terra geram por minas, plantas e rotas que ontem perderiam na planilha. A geopolítica passou a remunerar redundância.

Esse dinheiro sai dos vencedores da década para quem puder vender uma saída. Nesse sentido, o Brasil ganha importância. O erro seria confundir atenção com poder. O orçamento necessário por ela alternativa enquanto ela é

escassa. Quando novas opções aparecem, volta a fazer uma pergunta antiga sobre custo, escala e previsibilidade. Se o país usar esse intervalo apenas para extrair mais, terá ajudado outros a reduzir sua dependência sem mudar muito a própria posição na cadeia.

Kissinger lidava com um limite que nenhuma política industrial conseguiria remover. A destruição nuclear continuaria na mesa no dia seguinte. A détente atual repousa, em parte, sobre dependências que Estados Unidos e China gastam bilhões para desmontar. A trégua compra tempo, mas os dois lados estão usando o intervalo para precisar menos um do outro. Para o Brasil, o relógio pode correr mais rápido. A oportunidade não termina quando a détente acabar. Termina quando deixar de faltar alternativa.

LÍVIA LOUVELO

1. Segundo o texto, a capacidade de um país de limitar o acesso de outro a recursos estratégicos pode constituir uma forma de poder, mesmo quando não decorre da superioridade de seu mercado consumidor.
2. A autora considera que a crescente atenção internacional aos recursos brasileiros assegura ao Brasil uma posição duradoura de poder nas cadeias produtivas.
3. O texto estabelece uma diferença entre a détente da Guerra Fria e a atual: enquanto a primeira convivia com um limite nuclear persistente, a segunda se apoia totalmente em dependências que os países envolvidos procuram eliminar.
4. Em “A geopolítica passou a remunerar redundância”, o segmento “a remunerar redundância” exerce a função de objeto indireto de “passou”, em razão da presença da preposição “a”.
5. Em “A destruição nuclear continuaria na mesa no dia seguinte”, a forma verbal “continuaria” está flexionada no futuro do pretérito do indicativo.

6. Em “O erro seria confundir atenção com poder”, a oração “confundir atenção com poder” exerce a função de objeto direto.
7. Em “Se o país usar esse intervalo apenas para extrair mais”, a conjunção “Se” introduz uma condição, e a forma “usar” está empregada no infinitivo.
8. Em “dependências que Estados Unidos e China gastam bilhões para desmontar”, o vocábulo “que” retoma “dependências” e exerce a função de objeto direto de “desmontar”.
9. No período “Os Estados Unidos mostraram que podem restringir o acesso chinês a tecnologias decisivas”, a inserção do acento de crase no “a” tornaria a frase incorreta.
10. No período “Texto algum que prometa seu poder começa a ruir dinheiro para deixar de lê-lo”, com adaptações de maiúsculas, o deslocamento do termo “algum” para o início do período manteria a correção gramatical, mas prejudicaria a coerência.
11. O penúltimo período do quarto parágrafo é introduzido por uma oração com valor de proporcionalidade.
12. No último parágrafo, ocorre prosopopeia em “Para o Brasil, o relógio pode correr mais rápido.”
13. No último período, em “Termina quando deixar de faltar alternativa”, o verbo “termina” apresenta sujeito elíptico: “a oportunidade”, recuperado na oração anterior.
14. Em “Quando novas opções aparecem, volta a fazer uma pergunta antiga sobre custo, escala e

previsibilidade” (penúltimo parágrafo), as vírgulas foram utilizadas sob a mesma justificativa.

15. No trecho **“A trégua compra tempo, mas os dois lados estão usando o intervalo para precisar menos um do outro”**, a expressão **“os dois lados”** retoma **“Estados Unidos e China”**, mencionados anteriormente.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Emannuelle Gouveia

16. No sistema de arquivos NTFS, utilizado pelo Windows 10 e 11, as permissões de acesso atribuídas a arquivos e pastas podem ser herdadas de diretórios superiores, permitindo o gerenciamento de direitos de leitura, gravação e execução. Essas permissões continuam sendo aplicadas aos arquivos mesmo quando eles são acessados por diferentes contas de usuário no mesmo computador.
17. No Windows 10 e 11, ao mover um arquivo de uma pasta para outra localizada em uma unidade de armazenamento diferente, o sistema realiza a cópia do arquivo para o destino, mantendo automaticamente o arquivo original na pasta de origem, como forma de preservar os dados durante a operação.
18. Nos mecanismos de busca na Internet, a utilização de aspas duplas em torno de uma expressão permite restringir a pesquisa a resultados que contenham os termos na sequência especificada, reduzindo a ocorrência de páginas que apresentam as palavras pesquisadas de forma isolada ou em ordem diferente.

19. Na computação em nuvem, a elasticidade permite ajustar dinamicamente a quantidade de recursos computacionais disponibilizados a uma aplicação, ampliando ou reduzindo a capacidade de processamento e armazenamento conforme a variação da demanda, sem a necessidade de aquisição permanente de infraestrutura física pelo usuário.

20. A utilização de autenticação multifator em sistemas corporativos impede que uma conta de usuário seja acessada indevidamente, mesmo quando um invasor consegue obter as credenciais de acesso e interceptar códigos temporários de autenticação utilizados pelo titular da conta.

21. Na modelagem de bancos de dados, o nível lógico de abstração descreve a estrutura dos dados, seus relacionamentos e suas restrições de integridade, sem estabelecer detalhes específicos sobre a organização física dos arquivos e os mecanismos de armazenamento utilizados pelo sistema gerenciador de banco de dados.

22. Em uma rede corporativa, a implementação de um sistema de detecção de intrusões (IDS) permite identificar atividades suspeitas e bloquear automaticamente os pacotes maliciosos antes que alcancem seus destinos, desempenhando a mesma função preventiva de um sistema de prevenção de intrusões (IPS).

23. Na criptografia assimétrica, a confidencialidade de uma mensagem pode ser assegurada mediante a utilização da chave pública do destinatário para criptografar os dados, de modo que a recuperação do conteúdo original dependa da chave privada correspondente, mantida sob controle do destinatário.

24. Em sistemas de Inteligência Artificial baseados em aprendizado supervisionado, a utilização de

conjuntos de dados distintos para treinamento e teste permite avaliar a capacidade de generalização do modelo, reduzindo o risco de que seu desempenho seja estimado apenas com base nos exemplos utilizados durante o aprendizado.

25. A digitalização dos serviços públicos pressupõe que todas as etapas de atendimento ao cidadão sejam realizadas exclusivamente por plataformas eletrônicas, eliminando a necessidade de canais presenciais e garantindo, por si só, maior acessibilidade e inclusão no acesso aos serviços governamentais.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

26. Uma unidade policial dispõe de um sistema que gera códigos de acesso formados por cinco algarismos distintos, escolhidos entre os algarismos de 0 a 9. O primeiro algarismo não pode ser zero, e cada código deve conter exatamente dois algarismos pares. Nessas condições, o número de códigos distintos que podem ser gerados é igual a 11.040.

27. Em determinada operação, verificou-se que 6 agentes, trabalhando 5 horas por dia durante 7 dias, conseguem analisar 875 registros. Suponha que, em uma nova operação, a produtividade individual dos agentes aumente em 20% e sejam empregados 8 agentes, durante 6 horas por dia, ao longo de 7 dias. Mantidas as demais condições, o número de registros que poderão ser analisados nessa nova operação será igual a 1.440.

28. Uma sequência numérica é uma progressão aritmética crescente na qual o terceiro termo é igual a 11 e o oitavo termo é igual a 31. Nessas condições, a soma dos 20 primeiros termos dessa progressão é igual a 820.

29. Considere as seguintes premissas:

- todo investigador é servidor público;
- algum servidor público é perito;
- nenhum investigador é perito.

A partir dessas premissas, conclui-se necessariamente que algum investigador é servidor público e perito.

30. Em uma turma formada por 120 candidatos, 70 estudam Direito Constitucional, 55 estudam Direito Administrativo e 40 estudam Contabilidade. Sabe-se ainda que 30 estudam simultaneamente Constitucional e Administrativo, 25 estudam Constitucional e Contabilidade e 20 estudam Administrativo e Contabilidade, sendo que 10 estudam as três disciplinas.

Nessas condições, 45 candidatos estudam exatamente uma das três disciplinas.

31. Considere as matrizes

$$A = \begin{pmatrix} 1 & 1 & 0 & 1 \end{pmatrix} \quad e \quad B = \begin{pmatrix} 1 & 0 & 1 & 1 \end{pmatrix}.$$

Nessas condições, as matrizes A e B comutam, isto é, $AB = BA$, e o determinante de AB é igual a 1.

32. Um terreno retangular possui área de $48 m^2$ e diagonal de $10 m$. Considerando que suas dimensões são números positivos, o perímetro desse terreno é igual a 28 metros.

33. Em um almoxarifado há 12 componentes, sendo:

- 5 do tipo A;
- 4 do tipo B;
- 3 do tipo C.

Três componentes são retirados simultaneamente e ao acaso, sem reposição.

A probabilidade de os três componentes retirados serem um de cada tipo é $7/12$

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

No que concerne à teoria geral dos direitos humanos — abrangendo seus conceitos, terminologia, estrutura normativa e fundamentação —, bem como à sua afirmação histórica, à responsabilidade do Estado, à disciplina da matéria na Constituição Federal e na Política Nacional de Direitos Humanos, à relação da ordem constitucional brasileira com os tratados internacionais de proteção e às disposições do Pacto de São José da Costa Rica (Decreto nº 678/1992), julgue os itens a seguir:

34. Embora a doutrina utilize frequentemente as expressões "direitos do homem", "direitos fundamentais" e "direitos humanos" de forma intercambiável, eles distinguem-se quanto ao plano de positivação jurídica, uma vez que os direitos humanos referem-se às prerrogativas positivadas em instrumentos de direito internacional, ao passo que os direitos fundamentais correspondem àqueles consagrados no direito constitucional interno de determinado Estado.

35. A afirmação histórica dos direitos humanos teve seu marco originário formal e primeiro registro documental consolidado com a edição da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, não existindo registros jurídicos precedentes de limitação ao arbítrio estatal ou garantia de liberdades individuais na história ocidental.

36. No âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a responsabilidade internacional do Estado por violação de tratados e garantias protetivas possui natureza estritamente subjetiva, exigindo-se da comissão ou da corte internacional a demonstração cabal de dolo ou culpa do agente público prolator do ato lesivo para fins de condenação reparatória.

37. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em qualquer fase do inquérito ou da instrução processual, o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) para a Justiça Federal.

38. A internalização de tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro exige a aprovação de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros para que tenham equivalência às emendas constitucionais, razão pela qual a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) possui atualmente *status* formal de emenda à Constituição da República.

39. O princípio da proibição do retrocesso social (*efeito cliquet*), amplamente aplicado na jurisprudência dos sistemas internacional e constitucional de direitos humanos, veda ao legislador ordinário e à administração pública suprimir ou desconstituir graus de concretização de direitos fundamentais já alcançados, sem a criação simultânea de mecanismos compensatórios ou alternativos equivalentes.

40. Em consonância com as restrições impostas à pena capital na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), a aplicação da pena de morte não poderá ser imposta a pessoas que, no momento da perpetração do delito, tinham mais de sessenta anos de idade, nem ser executada enquanto houver pendente de decisão qualquer recurso ou pedido de anistia, indulto ou comutação da pena.

ATUALIDADES

Leandro Signori

A segurança pública brasileira apresentou avanços recentes na redução da violência letal. Em julho de 2026, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgou dados referentes a 2025, segundo os quais o Brasil atingiu antecipadamente a meta de redução dos homicídios dolosos prevista para 2027, reforçando a tendência recente de queda da violência letal no país.

A respeito do estudo divulgado e da segurança pública no Brasil, julgue os itens a seguir em certo (C) ou errado (E).

41. Apesar da tendência de queda, os indicadores revelam importantes diferenças regionais e desafios persistentes no enfrentamento da criminalidade.

42. A redução dos homicídios dolosos contrasta com o aumento dos casos de feminicídio, nos quais o agressor, em geral, é alguém próximo à vítima.

43. Santa Catarina e São Paulo apresentam as menores taxas de mortes violentas do país, enquanto o Amapá e a Bahia registram as maiores.

Em agosto de 2026, uma catástrofe atingiu a região do Himalaia, provocando destruição no Nepal e no Tibete, na China. A sucessão de avalanches, inundações repentinas, lama e detritos atingiu comunidades e infraestruturas, deixando mais de mil mortos e milhares de desaparecidos, em um dos maiores desastres da história recente da região.

A respeito desse desastre e dos seus múltiplos aspectos relacionados, julgue os itens a seguir como Certo (C) ou Errado (E).

44. O desastre teve início com o colapso de uma massa de gelo e rochas no Himalaia, que desencadeou uma avalanche e represou temporariamente um curso d'água. O rompimento posterior dessa barreira natural liberou violentamente água, lama e detritos pelos vales.

O episódio também chama a atenção para os efeitos das **mudanças climáticas na região**. O aumento das temperaturas acelera a perda de massa das geleiras e pode contribuir para a desestabilização do gelo, do permafrost e das encostas. Assim, embora não se deva atribuir automaticamente um evento específico exclusivamente ao aquecimento global, as mudanças climáticas podem agravar as condições de instabilidade e aumentar os riscos associados a desastres glaciais em áreas de alta montanha.

45. O aquecimento global, ao acelerar o degelo e aumentar a instabilidade das geleiras e encostas, é apontado como fator capaz de ampliar o risco desse tipo de evento.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

46. Marta, servidora efetiva do Estado de Alagoas, foi denunciada à Comissão de Ética do órgão por um cidadão identificado. Ele afirmou que ela retardou de propósito a análise de um requerimento seu. A Comissão instaurou o processo, fez diligências e, ao final, concluiu que houve falta ética. Nesse cenário, a Comissão de Ética só poderia ter instaurado o processo se a denúncia tivesse partido de autoridade ou de servidor público. A denúncia de um particular, mesmo identificado, serve apenas como notícia para que a chefia imediata de Marta decida se provoca ou não a Comissão.

47. Rogério ocupava cargo em comissão no Estado de Alagoas. Enquanto estava no cargo, usou sua posição para conseguir que o pedido de um amigo fosse atendido antes dos outros. Ele foi exonerado antes de a Comissão de Ética concluir a apuração. Ao fim do processo, a Comissão reconheceu a violação do Código. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.754/2006, a cominação cabível é censura ética, porque Rogério já deixou o

cargo em comissão. A cominação será transcrita na sua ficha funcional por 5 anos, para todos os efeitos legais.

48. Carlos, morador de um bairro da periferia, separa o lixo reciclável, vota em todas as eleições, participa das reuniões do conselho comunitário de saúde e pede à prefeitura informações sobre o uso dos recursos públicos. Nesse cenário, considerando o conceito de cidadania, a conduta de Carlos expressa o exercício da cidadania ativa, em que a pessoa exerce direitos, cumpre deveres e participa da vida coletiva e da fiscalização do poder público, em busca do bem comum.

49. Lucas, agente da Polícia Civil de Alagoas, está de plantão em uma delegacia de Maceió. Uma pessoa em situação de rua chega para registrar o furto de seus documentos. Um colega sugere que Lucas a dispense logo, porque "esse tipo de ocorrência não leva a nada". Nesse cenário, considerando a relação entre cidadania, direitos humanos e atuação policial, Lucas deve registrar a ocorrência só se a pessoa apresentar documento de identificação, já que, sem ele, não é possível reconhecê-la como cidadã.

50. Bruno, escrivão da Polícia Civil de Alagoas lotado em uma delegacia de Arapiraca, recebeu de um comerciante vítima de roubo um vale-presente, oferecido "como agradecimento antecipado" para que o inquérito dele tivesse prioridade. Bruno aceitou e pediu que o vale fosse entregue em nome da esposa. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.754/2006, a conduta é permitida, porque o presente veio da vítima, e não de um investigado, e por isso não há favorecimento indevido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

51. Durante patrulhamento, policiais foram acionados para atender ocorrência em que Caio, mediante grave ameaça exercida com o emprego de simulacro de arma de fogo, subtraiu de Ana um aparelho celular avaliado em R\$ 60,00. O bem foi recuperado logo após o fato, sem prejuízo à vítima.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Diante do valor ínfimo do bem subtraído e da ausência de prejuízo efetivo à vítima, deve ser aplicado o princípio da insignificância, com o consequente reconhecimento da atipicidade material da conduta.

52. Marcos, servidor público federal, foi designado para missão oficial em país estrangeiro. Durante a missão, apropriou-se de valores pertencentes à União dos quais tinha a posse em razão do cargo. Processado no país onde ocorreu o fato, foi absolvido por insuficiência de provas e retornou ao Brasil.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Em razão da absolvição proferida no estrangeiro e em respeito à vedação ao bis in idem, Marcos não poderá ser processado no Brasil pelo mesmo fato.

53. Lucas, faltando dez dias para completar 18 anos de idade, efetuou disparos de arma de fogo contra seu desafeto, com intenção de matá-lo. A vítima foi socorrida, permaneceu internada por três semanas e faleceu em decorrência dos ferimentos, quando Lucas já havia completado a maioridade.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Lucas deverá ser considerado inimputável e submetido às normas da legislação especial, ainda

que a morte da vítima tenha ocorrido após ele completar 18 anos de idade.

54. Em investigação conduzida por delegacia especializada, apurou-se que determinada vítima foi sequestrada e mantida em cativeiro durante quarenta dias, enquanto os autores exigiam de sua família o pagamento de resgate. Durante o período em que a vítima permaneceu privada de liberdade, entrou em vigor lei que agravou a pena cominada ao crime praticado.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Aos autores do crime deverá ser aplicada a lei nova, mais gravosa, sem que isso configure violação ao princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.

55. Ao lavrar auto de prisão em flagrante, o escrivão de polícia registrou que Pedro matou sua companheira, com quem convivia havia cinco anos, em contexto de violência doméstica e familiar, após sucessivas agressões anteriormente noticiadas à autoridade policial.

Com base no Código Penal atualizado, julgue o item a seguir.

A conduta de Pedro configura homicídio qualificado pelo feminicídio, circunstância prevista como qualificadora no § 2º do art. 121 do Código Penal, punido com reclusão de doze a trinta anos.

56. Rafael, de 30 anos de idade, aproveitando-se da ausência de seu pai, de 65 anos de idade, subtraiu, sem violência ou grave ameaça, joias pertencentes ao genitor e as vendeu a terceiros. O pai registrou ocorrência na delegacia de polícia.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Rafael ficará isento de pena, pois o crime de furto foi cometido em prejuízo de ascendente, hipótese em que incide a escusa absolutória prevista no Código Penal.

57. João, agente de polícia responsável pelo depósito de bens apreendidos de uma delegacia, por descuido, deixou o local destrancado ao final do expediente. Valendo-se dessa circunstância, um terceiro ingressou no depósito e subtraiu diversos objetos ali guardados. Instaurada a ação penal, João reparou integralmente o dano antes da sentença irrecorrível.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

João responde por peculato culposo, e a reparação do dano, nos moldes em que ocorreu, extingue a sua punibilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

58. Acerca do tema aplicação da lei processual penal no tempo, julgue o item seguinte.

No curso do processo penal instaurado contra Marcos pela prática do crime de extorsão, já iniciada a instrução, entrou em vigor lei processual nova que alterou a forma de realização da audiência de instrução e julgamento. Nessa situação, a nova lei aplica-se imediatamente aos atos processuais ainda não praticados, ficando preservada a validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

59. Acerca do tema inquérito policial, julgue o item seguinte.

Ao concluir as investigações de um crime de estelionato noticiado por Luciana, o delegado de polícia responsável pelo inquérito entendeu que o fato investigado era atípico. Nessa situação, a própria autoridade policial pode determinar o arquivamento do inquérito policial, desde que o faça por decisão fundamentada.

60. Acerca do tema inquérito policial, julgue o item seguinte.

No curso do inquérito policial, o advogado do investigado tem direito de acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados nos autos, digam respeito ao exercício do direito de defesa, mas esse direito não alcança as diligências em andamento e ainda não documentadas, cujo sigilo seja necessário à eficácia da investigação.

61. Acerca da prisão em flagrante, julgue o item seguinte.

Ricardo foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo e conduzido à delegacia de polícia, onde o auto de prisão em flagrante foi lavrado sem a presença de advogado ou de defensor público. Nessa situação, a ausência de defesa técnica no momento da lavratura do auto gera a nulidade do ato, impondo-se o relaxamento da prisão.

62. Acerca da fiança e da liberdade provisória, julgue o item seguinte.

Paulo foi preso em flagrante pela prática do crime de receptação qualificada, cuja pena é de reclusão de 3 a 8 anos, e multa. Nessa situação, a fiança poderá ser concedida pelo próprio delegado de polícia, já que a pena mínima cominada ao delito não ultrapassa 4 anos.

63. Acerca dos direitos e garantias constitucionais do preso, julgue o item seguinte.

Preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, Roberto foi informado, ao ser conduzido à delegacia, de seu direito de permanecer calado e optou por não responder às perguntas da autoridade policial. Nessa situação, o silêncio de Roberto poderá ser valorado em seu desfavor, como indício de culpa, na formação do convencimento do juiz.

64. Acerca do tema Juizados Especiais Criminais, julgue o item seguinte.

Ao tomar conhecimento da prática do crime de dano simples (art. 163, caput, do CP), cuja pena é de detenção de 1 a 6 meses, ou multa, a autoridade policial deverá lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao Juizado Especial Criminal, com o autor do fato e a vítima. Se o autor do fato for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

65. No que se refere aos direitos e deveres fundamentais, julgue o item a seguir:

A publicidade dos atos processuais não possui caráter absoluto, podendo a lei restringi-la quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

66. Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

67. Em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A nacionalidade brasileira originária é garantida à pessoa nascida no exterior que, tendo sido adotada por brasileiro, teve seu registro lavrado em repartição consular competente.

68. Julgue o próximo item.

Os estados e o Distrito Federal devem observar o modelo constitucional federal de segurança pública, não podendo ampliar o rol de órgãos encarregados do exercício dessa atividade.

69. Julgue o próximo item conforme as atribuições conferidas na Constituição Federal de 1988.

Às polícias civis incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de todas as infrações penais, inclusive as militares.

70. Julgue o item a seguir, com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

O direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão admite exceção quando a medida decorrer de operação policial submetida a sigilo.

DIREITO ADMINISTRATIVO E LGPD (*ITEM DE SEGURANÇA DE DADOS)

Fabiano Pereira

71. Considerando a organização da Administração Pública, analise a situação hipotética a seguir.

Por meio de lei específica, a União criou a Autarquia Federal Alfa, atribuindo-lhe personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e competência para exercer determinada atividade típica de Estado. A nova entidade passou a ser vinculada ao Ministério responsável pelo setor em que atua.

Em razão dessa vinculação, o Ministro de Estado afirmou que poderia rever, independentemente de previsão legal específica, os atos praticados pelos dirigentes da autarquia, da mesma forma que poderia fazê-lo em relação aos órgãos integrantes da estrutura interna do próprio Ministério.

De acordo com a organização da Administração Pública Direta e Indireta, julgue o item a seguir.

A criação da Autarquia Federal Alfa constitui hipótese de descentralização administrativa, e a entidade integra a Administração Pública Indireta. Entretanto, por estar vinculada a um Ministério, encontra-se submetida à relação de subordinação hierárquica perante o Ministro de Estado, que poderá exercer sobre seus atos os mesmos poderes decorrentes da hierarquia existentes em relação aos órgãos da Administração Direta

72. No que se refere ao conceito, requisitos, atributos e classificação dos atos administrativos, analise a situação hipotética a seguir.

Augusto, Prefeito do Município Alfa, recebeu requerimento formulado por Beatriz para utilização privativa de um box situado no mercado municipal. A legislação local atribuía ao Prefeito competência para autorizar, mediante juízo de conveniência e oportunidade, o uso de espaços públicos disponíveis, desde que observadas as condições administrativas pertinentes.

Durante a instrução do procedimento, os setores técnicos atestaram que o box estava desocupado, que sua utilização por particular era juridicamente admissível e que Beatriz preenchia todos os requisitos formais exigidos. Consta, ainda, que o valor cobrado pela utilização do espaço correspondia ao normalmente praticado pelo Município.

Apesar da regularidade formal do procedimento, mensagens posteriormente incorporadas aos autos demonstraram que Augusto escolheu especificamente aquele box por ser localizado em área de intenso movimento e declarou que Beatriz era sua amiga pessoal de longa data, proporcionando-lhe vantagem econômica em relação aos demais comerciantes.

O Prefeito afirmou, contudo, que sua motivação pessoal seria juridicamente irrelevante, uma vez que a lei lhe conferia competência e margem de discricionariedade para decidir sobre a utilização dos boxes municipais.

Considerando especificamente o requisito finalidade, julgue o seguinte item.

Ainda que esteja demonstrado que Augusto agiu com o propósito exclusivo de favorecer pessoalmente Beatriz, o ato permanecerá válido, pois, havendo competência legal, objeto juridicamente permitido e margem de conveniência e oportunidade, a finalidade passa a integrar o mérito administrativo, somente podendo ser questionada quando o agente pratica ato expressamente proibido pela legislação

73. Acerca dos poderes administrativos, julgue o seguinte item.

Embora o poder de polícia possa incidir sobre particulares independentemente da existência de vínculo jurídico específico com a Administração, quando sua atuação resultar na aplicação de sanção administrativa, como multa ou interdição, haverá manifestação do poder disciplinar, uma vez que a função sancionatória constitui elemento próprio deste poder

74. No que se refere ao controle da Administração Pública, julgue o seguinte item.

Em decorrência do poder de autotutela, a Administração Pública pode, de ofício, anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade; contudo, a revisão fundada em razões de conveniência e oportunidade depende de provocação do interessado, pois a revogação de ato válido não pode ser determinada espontaneamente pela própria Administração

75. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, analise a situação hipotética a seguir.

Durante atividade aberta ao público promovida por uma universidade estadual, os participantes puderam conhecer determinado laboratório e acompanhar demonstrações realizadas por servidores da instituição. Antes do início da visita, todos foram advertidos de que determinados equipamentos somente poderiam ser manuseados pelos técnicos responsáveis, havendo sinalização ostensiva e barreiras de proteção ao redor da área restrita.

Durante a demonstração, Renato, contrariando expressamente as orientações recebidas, ultrapassou a barreira de segurança, retirou um dispositivo de proteção e manipulou equipamento que se encontrava em funcionamento, sofrendo grave lesão. A apuração administrativa e a perícia concluíram que todas as medidas de segurança exigíveis haviam sido adotadas pela universidade e que o dano decorreu exclusivamente da conduta de Renato.

Posteriormente, Renato ajuizou ação indenizatória contra o Estado, sustentando que, por ter sofrido o dano no interior de instituição pública e mediante contato com equipamento pertencente à Administração, a responsabilidade estatal seria objetiva e independeria da análise de sua própria conduta.

Considerando o regime constitucional da responsabilidade civil do Estado, julgue o seguinte item.

A pretensão de Renato deve ser acolhida, pois a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público decorre da teoria do risco integral, de maneira que a comprovação de que o comportamento da própria vítima foi a causa exclusiva do dano não afasta o dever estatal de indenizar, servindo apenas para eventual redução do valor da reparação

76. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018, analise a situação hipotética a seguir.

A empresa Beta atua como controladora de dados pessoais de milhares de usuários de uma plataforma digital. Durante procedimento de monitoramento interno, sua equipe identificou um incidente de segurança que permitiu acesso não autorizado a informações armazenadas em seus sistemas.

Considerando a disciplina legal relativa à segurança e ao sigilo de dados pessoais, julgue o seguinte item.

O controlador deve comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança capaz de gerar risco ou dano relevante. Ademais, na análise da gravidade desse incidente, será considerada a adoção de medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais ininteligíveis para terceiros não autorizados

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS*Fábio Ramos*

Considerando as disposições da Lei 3437/1975, Estatuto dos Policiais Cíveis de Alagoas, julgue o item seguinte.

77. A Polícia Civil, no âmbito de suas atribuições, compete manter e assegurar a ordem pública, garantir os direitos individuais e coletivos, bem como assegurar a execução das leis e o exercício dos Poderes constituídos.

Considerando as disposições da Lei 3437/1975, Estatuto dos Policiais Civis de Alagoas, julgue o item seguinte.

78. Dirigir órgãos executivos de operações policiais, informar pedidos de habeas corpus, autuar os inquéritos e processos iniciados, supervisionar e fiscalizar trabalhos de cartórios, são atribuições básicas do Inspetor de Polícia, entre outras.

À luz da Lei 5247/1991, Regime Jurídico Único, julgue o item seguinte.

79. O Servidor possui vantagens de indenizações, ajuda de custo e gratificações.

Considerando as disposições da Lei 14.735/2023, Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, julgue o item seguinte.

80. A Polícia Civil decidiu criar equipes especializadas para atuar na investigação e repressão em virtude do aumento de crimes cibernéticos e de organizações criminosas, buscando maior eficiência na atividade policial. A medida adotada está em acordo com as diretrizes da lei.

À luz das disposições da Lei 14.735/2023, Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, julgue o seguinte item.

81. Um delegado de polícia pertencente à classe mais elevada do cargo foi escolhido para dirigir a Escola Superior de Polícia Civil. O delegado não possui especialização em Administração.

A escolha é ilegal, pois exige que o delegado de polícia designado para dirigir a Escola Superior possua especialização nas áreas de Administração ou Educação.

Considerando as disposições da Lei 14.735/2023, Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, julgue o item seguinte.

82. A Polícia Civil é competente para garantir a preservação dos locais de ocorrência da infração penal e controlar o acesso de pessoas a eles, sem

prejuízo da atuação de outros órgãos policiais, no âmbito de suas atribuições legais, nas situações de flagrante delito.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça e a lei n.º 9.613/1998, julgue os itens de 83 a 84.

83. O crime de lavagem de dinheiro é um crime autônomo, vez que independe da condenação de quem praticou a infração penal antecedente para o sujeito ativo da lavagem ser responsabilizado.

84. É desnecessário que o autor do crime de lavagem de dinheiro tenha sido autor ou partícipe da infração penal antecedente, basta que tenha ciência da origem ilícita dos bens, direitos e valores e concorra para sua ocultação ou dissimulação.

85. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interna ou externa, sem prévia autorização legislativa, consiste no crime de contratação de operação de crédito.

Com base na lei nº 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckman, julgue os itens de 86 a 87.

86. O crime de invasão de dispositivo informático, previsto no art. 154-A do Código Penal, é exemplo de um crime cibernético.

87. O crime de invasão de dispositivo informático, previsto no art. 154-A do Código Penal, o tipo de ação penal é pública condicionada à representação, até mesmo se a vítima for a União.

88. De acordo com a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, é considerado dia para fins de cumprimento de mandado de busca domiciliar o horário compreendido das 5 horas da manhã até as 21 horas.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Silvio Sande

89. No que diz respeito à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, julgue os itens subsequentes.

Os descontos comerciais obtidos em compras de mercadorias para revenda devem ser classificados na DRE como receitas financeiras do período.

90. A conta "Ações em Tesouraria" representa as ações da própria companhia que foram readquiridas por ela no mercado e deve ser apresentada no Balanço Patrimonial como uma conta retificadora do Patrimônio Líquido, possuindo saldo de natureza devedora.

No que se refere à normatização contábil brasileira, em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC), julgue os itens seguintes:

91. Para ser útil, a informação contábil precisa ser relevante e representar com fidedignidade aquilo que pretende representar; a representação fidedigna perfeita exige que a informação seja totalmente isenta de erros em todas as estimativas.

92. O montante de qualquer redução do valor dos estoques para o valor realizável líquido deve ser reconhecido como despesa do período em que a redução ocorrer.

93. Um ativo intangível gerado internamente e resultante de gastos com pesquisa científica deve

ter seus custos ativados no momento em que a entidade comprovar a viabilidade técnica e financeira de conclusão do projeto.

94. As provisões diferem de outros passivos porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro exigido para a sua liquidação.

95. Um passivo contingente deve ser formalmente reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade sempre que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos for considerada possível, dispensando-se a divulgação em notas explicativas.

ANÁLISE FINANCEIRA

Paulo Portinho

96. Um projeto que apresenta investimento inicial de R\$ 100.000 e fluxos de caixa futuros perpétuos de R\$ 15.000, com crescimento projetado de 3,1% ao ano e TMA de 18% ao ano, deve ser considerado inviável.

97. Um projeto exige investimento inicial de R\$ 100.000 e gera R\$ 144.000 ao final de dois anos, sem outros fluxos.

A TIR aproximada desse projeto é de 20%.

98. O payback descontado é sempre igual ou menor que o payback simples, pois considera o efeito da taxa de desconto sobre os fluxos de caixa futuros.

99. Falhas de sistemas, erros humanos, fraudes internas ou externas, interrupção de serviços e deficiência de processos internos são exemplos de eventos associados ao risco operacional.

100. No Modelo das Três Linhas, a auditoria interna é responsável por executar os controles da primeira linha e administrar diretamente os riscos operacionais da organização.

101. Em uma matriz de risco, a classificação do risco pode ser obtida pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento com a severidade de suas consequências. Um risco de baixíssima probabilidade, mas de impacto catastrófico, não deve ser automaticamente considerado irrelevante.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

102. Considere o conjunto de observações

2, 4, 4, 6, 9.

Considerando a variância populacional e o coeficiente de variação calculado a partir do desvio-padrão populacional, a variância desse conjunto é igual a 5,6, enquanto o coeficiente de variação é aproximadamente igual a 47,3%.

103. Em determinada população, a prevalência de uma doença é de 2%. Um teste diagnóstico apresenta sensibilidade de 90% e especificidade de 95%.

Selecionando-se aleatoriamente uma pessoa que apresentou resultado positivo no teste, a probabilidade de que ela efetivamente possua a doença é inferior a 30%.

104. Um determinado procedimento apresenta probabilidade de sucesso igual a $\frac{1}{2}$ em cada tentativa, sendo as tentativas independentes. Se forem realizadas quatro tentativas, a probabilidade de ocorrer pelo menos dois sucessos será igual a $\frac{5}{8}$.

105. Considere uma variável aleatória normalmente distribuída, com média igual a 100 e desvio-padrão igual a 10. Pela regra empírica dos três sigmas, aproximadamente 99,7% das observações encontram-se no intervalo entre 80 e 120.

106. Considere uma população com variância finita e suponha que sejam extraídas amostras aleatórias independentes. Mantidas constantes as demais condições, se o tamanho da amostra passar de n para $4n$, o erro-padrão da média amostral será reduzido à metade.

107. Em um modelo de regressão linear simples com intercepto, o coeficiente de correlação de Pearson entre duas variáveis é igual a $-0,8$. Nesse caso, o coeficiente de determinação é igual a 0,64 e, portanto, pode-se concluir que 64% da variação da variável dependente é necessariamente causada pela variável explicativa.

ANÁLISE DE DADOS

Lucas Ianni

108. Julgue o item a seguir, referente a análise e mineração de dados.

Um hospital estruturou seu programa analítico em quatro iniciativas: (I) painéis com o número de internações do último mês, agregadas por ala e por faixa etária; (II) análise de correlação e identificação de outliers para entender por que as readmissões cresceram no semestre; (III) modelo de classificação treinado com dados históricos para estimar o risco de readmissão de cada paciente; e (IV) sistema de otimização que, a partir desse risco, recomenda a alocação de leitos e equipes. Nesse cenário, as iniciativas correspondem, respectivamente, às análises descritiva, diagnóstica, preditiva e prescritiva.

109. Julgue o item a seguir, a respeito da biblioteca NumPy.

Um analista registrou as vendas de três produtos em um array estruturado do NumPy, no qual cada registro armazena a quantidade vendida e o preço unitário, e escreveu o script a seguir para conferir as dimensões do array e o faturamento total.

```
import numpy as np  
v = np.array([(10, 2.5), (20, 1.5), (30, 3.0)],  
             dtype=[('qtd', 'i4'), ('preco', 'f8')])  
print(v.shape, v.ndim)  
print((v['qtd'] * v['preco']).sum())
```

Considerando que o código seja executado sem erros, a primeira linha impressa será (3,) 1, pois cada tupla é tratada como um único registro do array, e a segunda linha impressa será 145.0.

110. Julgue o item a seguir, referente a processamento de linguagem natural.

No pré-processamento de um sistema de busca textual, palavras como "de", "para", "os" e "que" foram descartadas mediante consulta a uma lista predefinida. Essa técnica é denominada remoção de stopwords e tem por objetivo reduzir ruído e melhorar o desempenho do processamento.

111. Julgue o item a seguir, relativo a técnicas de redução de dimensionalidade.

Uma equipe de ciência de dados recebeu uma base com centenas de atributos provenientes de sensores industriais, sem qualquer rótulo de classe, e precisa comprimir esses dados antes da modelagem. Para isso, adotou a LDA (Linear Discriminant Analysis), técnica não supervisionada que projeta os dados em componentes não correlacionados ordenados pela variância explicada, escolha adequada justamente por dispensar rótulos.

112. Julgue o item a seguir, referente a processamento de linguagem natural.

Em um pipeline de PLN destinado a classificar textos acadêmicos, verificou-se que o algoritmo de stemming reduziu as palavras "universidade" e "universo" ao mesmo radical "univers". Esse fenômeno é denominado under-stemming, e sua consequência típica é o falso negativo, pois o modelo deixa de reconhecer que as duas palavras compartilham o mesmo significado.

113. Julgue o item a seguir, acerca da linguagem XML.

Ao integrar o sistema de folha de pagamento ao portal do servidor, uma equipe adotou XML para transportar os dados. Uma das características desse formato é embutir regras de exibição.

114. Julgue o item a seguir, relativo a regressão linear.

Na equação de regressão linear simples $y = \beta_0 + \beta_1 x$, ajustada pelo método dos mínimos quadrados ordinários, o termo β_0 representa o intercepto da reta, isto é, o valor de y quando $x = 0$, enquanto β_1 representa a inclinação da reta.

SEGURANÇA DIGITAL (EXCETO LGPD)

André Castro

115. A publicação de fotografias em perfis privados de redes sociais não impede que terceiros obtenham informações sobre o usuário, pois capturas de tela, republicações e elementos visuais presentes nas imagens podem expor informações pessoais, inclusive a localização, mesmo quando os metadados de geolocalização tenham sido removidos.

116. Um sistema que exige senha alfanumérica, PIN numérico e resposta a uma pergunta secreta implementa autenticação multifator, desde que essas informações sejam verificadas em etapas independentes, pois cada mecanismo representa um fator distinto de autenticação.

117. Mesmo quando uma senha apresenta comprimento elevado e caracteres aleatórios, sua reutilização em diferentes serviços favorece ataques de credential stuffing, nos quais credenciais obtidas em vazamentos anteriores são testadas automaticamente em outros sistemas, independentemente da existência de vulnerabilidades no software desses sistemas.

118. A adoção de autenticação multifator baseada em códigos temporários, como os gerados por aplicativos autenticadores, impede ataques de phishing em tempo real, uma vez que a curta validade desses códigos impossibilita sua utilização por intermediários maliciosos.

119. Considere que um usuário recebeu, por mensagem eletrônica, o seguinte endereço:

<https://portal.pc.al.gov.br@validacao.example/login>

Nesse endereço, o servidor de destino é identificado pelo domínio portal.pc.al.gov.br, enquanto a sequência [validacao.example](https://portal.pc.al.gov.br@validacao.example/login) representa uma informação acessória de autenticação, razão pela qual o certificado HTTPS será associado ao domínio da instituição pública.

120. A interrupção da conexão de rede de um computador infectado por ransomware impede necessariamente a continuidade da criptografia dos arquivos locais, pois esse tipo de malware depende de comunicação permanente com um servidor remoto para obter as chaves utilizadas durante o processo.

REDAÇÃO**Anuário de segurança pública: Brasil registrou mais de 84 mil pessoas desaparecidas em 2025**

Número representa aumento de 3,6% em relação aos casos contabilizados em 2024; levantamento aponta que país registra trajetória de desaparecidos em ascensão

O Anuário de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostra que o Brasil registrou 84.269 desaparecimentos em 2025 – o que representa uma taxa de 39,5 casos por 100 mil habitantes. Em relação a 2024, o número cresceu 3,6%. Entre as Unidades da Federação, Minas Gerais, Maranhão e Piauí apresentaram os maiores aumentos nos registros entre 2024 e o ano passado.

"Os dados refletem defasagens nos sistemas de registro e uma legislação que não comporta as distintas naturezas possíveis de um desaparecimento. Distinguir o peso relativo desses fatores constitui um dos principais desafios para a produção e análises de dados, e consequentemente para a elaboração de protocolos de enfrentamento adequados", diz um trecho do anuário.

<https://brasil61.com/n/anuario-de-seguranca-publica-brasil-registrou-mais-de-84-mil-pessoas-desaparecidas-em-2025-bras2616807>

Brasil registrou 84,7 mil desaparecidos em 2025; média de 232 por dia

De acordo com Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), os registros de ocorrência de desaparecimentos e localizações de 12 das 27 unidades da federação estão integrados ao cadastro nacional, criado sete anos após a sanção da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas para auxiliar o cruzamento de informações e apoiar as investigações. Fazem parte hoje do cadastro Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

"Apesar de alguns avanços, ainda é tudo muito fragmentado. Não temos uma carteira de identidade nacional e nossos dados biométricos são separados por estados, mas as delegacias não conversam entre si; o Ministério Público não conversa com outro estado. Quando se localiza um corpo, é preciso enviar cópia de suas digitais para os 27 entes da federação a fim de saber se ele tem uma carteira de identidade [emitida por outra unidade]", explica Simone.

"Apesar das campanhas em sentido contrário, persiste o mito, o erro, de que é necessário esperar 24 horas ou 48 horas para registrar um desaparecimento. Além de uma série de estereótipos, principalmente em torno do desaparecimento de crianças e adolescentes, como o de que uma menina ou um menino escapou à vigilância dos pais ou responsáveis para namorar ou ir a um baile e logo vai voltar. Isso tudo acaba atrapalhando o processo de busca".

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-01/brasil-registrou-847-mil-desaparecidos-em-2025-media-de-232-por-dia>

Minas Gerais teve aumento de 30% de desaparecidos em 2025

O estado está entre os três com maior crescimento de registros de pessoas desaparecidas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Em simultâneo, familiares relatam dificuldades para acessar documentos oficiais, compreender os procedimentos adotados pelos órgãos públicos e obter respostas consistentes sobre o andamento das buscas.

A atuação de diferentes órgãos, muitas vezes sem interação adequada, dificulta o acesso à informação, gerando dúvidas a respeito das diligências adotadas. Por outro lado, um fator que contribui para a subnotificação dos

casos solucionados se refere à ausência de comunicação por parte de familiares quando a pessoa desaparecida é localizada por outros meios que não a polícia.

Nesses casos, o registro inicial permanece ativo nas bases de dados, compondo índices que podem não refletir a realidade. Os desafios se agravam se considerada a falta de padronização de sistemas entre as áreas de segurança pública, saúde e assistência social dos estados para o atendimento e a troca de informações sobre pessoas desaparecidas e localizadas.

<https://www.em.com.br/gerais/2026/07/7466887-minas-gerais-teve-aumento-de-30-de-desaparecidos-em-2025.html>

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NO BRASIL: UM PROBLEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA AINDA INVISÍVEL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. A dimensão do desaparecimento de pessoas no país e os fatores associados ao fenômeno;
 2. Os obstáculos enfrentados pelo poder público na busca e na localização dos desaparecidos;
 3. A importância da integração entre os órgãos de segurança pública e as redes de proteção social para a solução dos casos.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
